

Título do capítulo	APRESENTAÇÃO DO IPEA
Autores(as)	Erik Alencar de Figueiredo
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-044-8/apresentacaodoipea

Título do livro	NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS: ABORDAGENS TERRITORIAIS DA IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA E DA PRECARIIDADE HABITACIONAL
Organizadores(as)	CLEANDRO KRAUSE ROSANA DENALDI
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-044-8
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-044-8

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

APRESENTAÇÃO DO IPEA

Este livro traz os resultados de uma pesquisa que buscou superar crônicas e históricas lacunas de informação sobre assentamentos precários no Brasil. Coroando uma parceria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), por meio da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), os resultados da Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil estão aqui apresentados e discutidos.

Trata-se de territórios muito presentes nas cidades brasileiras. Conforme a pesquisa, realizada em 157 municípios distribuídos em torno de Brasília, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Marabá e Juazeiro do Norte, foram encontrados 4.968 núcleos urbanos informais (NUIs) ocupados por população de baixa renda, abrigando 1.486.725 domicílios, o que corresponde a 27% do total de domicílios nesses municípios. Em sua maioria, são favelas ou ocupações espontâneas, mas há também loteamentos irregulares e clandestinos, além de distritos e povoados, conjuntos habitacionais e mesmo sedes municipais, em menor número.

Para além da ampliação do conhecimento sobre esses territórios, a pesquisa coordenada pelo Ipea buscou desenvolver e registrar avanços metodológicos, que foram aplicados e testados nas seis regiões da pesquisa. Tais avanços desdobraram-se em duas dimensões. A primeira delas baseou-se em extensiva pesquisa de campo para a caracterização física e territorial dos NUIs, tendo sido complementada pela exploração de dados secundários que, uma vez integrados, alimentaram modelos estatísticos para a identificação desses assentamentos precários. A segunda dimensão, jurídico-fundiária, aprofundou o conhecimento de uma amostra de NUIs por meio de pesquisa cartorial, entre outras fontes, resultando em um estudo de caso que elencou situações-problema e propôs estratégias para seu enfrentamento.

É urgente a integração dos NUIs à cidade. O conhecimento de sua realidade é condição necessária para que o Estado brasileiro possa planejar e realizar ações em prol de sua regularização fundiária e dotação de infraestruturas e serviços urbanos. Neste sentido, o Ipea, por meio da cooperação técnica com o MDR, espera entregar contribuição relevante às partes interessadas na melhoria das condições de vida de parcela importante dos moradores das cidades brasileiras.

Erik Alencar de Figueiredo
Presidente do Ipea

